

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1000566-53.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Eduardo de Mattos Balsani**  
 Requerido: **Banco J. Safra**

**EDUARDO DE MATTOS BALSANI** ajuizou ação contra **BANCO J. SAFRA**, pedindo a declaração de inexistência do débito e a condenação do réu ao pagamento de indenização por dano moral. Alegou, para tanto, que jamais contratou o financiamento que está gerando cobranças indevidas.

O réu foi citado e contestou os pedidos, aduzindo que o contrato de financiamento foi baixado antes mesmo da citação e que inexistente dano moral indenizável.

Houve réplica.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A contestante comprovou nos autos que o contrato de financiamento que originou a cobrança indevida foi baixado em seu sistema antes mesmo da sua citação (fl. 69), o que acarreta na perda superveniente do interesse processual no tocante ao pedido de declaração de inexistência do débito. Com relação às verbas sucumbenciais, cabe ao réu o pagamento, pois deu causa ao ajuizamento da ação ao não comunicar a baixa do contrato ao autor.

Subsiste controvérsia quanto à ocorrência de dano extrapatrimonial em desfavor do autor.

Com efeito, o dano moral é caracterizado como aquele que *"lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente"* (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55). Sendo assim, meros dissabores, aborrecimentos ou angústia surgidos nas relações contratuais não devem dar ensejo à reparação por dano moral.

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo" (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

Não se nega os dissabores suportados pelo autor em decorrência da cobrança indevida realizada pelo réu, contudo tal fato, por si só, não tem o condão de caracterizar uma ofensa aos seus direitos da personalidade. Ressalta-se que não houve nenhuma outra consequência negativa ao autor por conta da existência do referido contrato de financiamento, como, por exemplo, a inscrição do seu nome em cadastro de devedores pela falta de pagamento ou uma cobrança vexatória, afastando-se, assim, o pedido indenizatório.

Diante do exposto, **julgo extinto o processo** no tocante ao pedido declaratório, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

**Rejeito o pedido** de indenização por danos morais.

Responderão as partes pelas custas e despesas processuais em igualdade.

Condeno o réu ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono do autor fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Condeno o autor ao pagamento dos honorários advocatícios dos patronos do réu fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa** com relação à parte beneficiária da gratuidade processual, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de março de 2018.

**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**